Revista de História e Historiografia da Educação

GT História da Educação
ANPUH
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA

EDUCAÇÃO E FILOSOFIA MORAL NA OBRA DO PADRE TEODORO DE ALMEIDA (1722-1804)[1]

Patrícia Govaski[*]
lattes.cnpq.br/9073875811142060

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo apresentar algumas considerações a respeito do perfil assumido pelas discussões em torno da Filosofia Moral em Portugal durante a segunda metade do século XVIII, assim como do tratamento dispensado ao tema na obra do padre Teodoro de Almeida (1722-1804). Em outras palavras, pretendemos apresentar de que forma as obras de incidência moralistas escritas pelo clérigo oratoriano, dentre as quais destacaremos textos como *O Feliz independente do mundo e da fortuna* (1779) e os dois tomos que encerram o extenso projeto da *Recreação Filosófica* (1793-1800), revelam a importância que o autor destinou às temáticas da educação e da moralidade em um contexto onde a discussão de tais temas repercutiam em textos voltados ao âmbito da educação e dos costumes.

Palavras-chave: Ilustração Portuguesa; Filosofia Moral; Teodoro de Almeida.

EDUCATION AND MORAL PHILOSOPHY IN THE WORK OF PRIEST TEODORO DE ALMEIDA (1722-1804)

Abstract: This paper aims to present some considerations regarding the discussions about Moral Philosophy in Portugal during the second half of the 18th century, as well as the treatment of the theme in the work of priest Teodoro de Almeida (1722-1804). In other words, we intend to present in what way the moralistic works written by the Oratorian priest, among which we highlight texts such as *O Feliz independente do mundo e da fortuna* (1779) and the two volumes that finishes the extensive project of *Recreação Filosófica* (1793-1800), reveal the importance that the author assigned to the themes of education and

[1] A pesquisa, em desenvolvimento, conta com auxílio financeiro fornecido pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

[*] Doutorada em História pela Universidade Federal do Paraná, UFPR (Brasil). Contato: patricia.govaski@gmail.com.

morality in a context where the discussion of such themes had repercussions in texts focused on the scope of education and customs.

Keywords: Portuguese Illustration; Moral Philosophy; Teodoro de Almeida.

* * *

Introdução

Ao analisarmos a difusão da crítica ilustrada no ambiente intelectual português setecentista, nos deparamos com uma realidade que resulta de um complexo processo de difusão de ideias. O advento do século das "Luzes", de fato, representou significativos avanços no que se refere às tradições filosófica, literária e científica portuguesas. Contudo, ainda que uma relativa abertura às ideias modernas possa ser percebida neste contexto, tal quadro configurou-se de formas distintas nos diferentes domínios do conhecimento em que pode ser observado.

Sobre esta questão, Ana Cristina Araújo afirmou que a adesão da cultura portuguesa setecentista aos novos cânones filosóficos não "ocorreu de maneira linear ou foi desprovida de meditações contraditórias". Desta forma, a plena compreensão da singularidade do movimento das Luzes em Portugal envolve recordar o fato de que tal contexto resulta de "um processo contínuo de seleção e adaptação de ideias", no qual os teóricos ilustrados lusitanos buscaram valorizar e difundir determinadas teorias, ao mesmo tempo em que censuravam ou relegavam outras teses a um plano de menor importância (ARAUJO, 2003, p.15).

No que se refere ao campo da Filosofia Moral, de maneira geral, a meditação empreendida pelos teóricos portugueses parece não apresentar grande receptividade em relação às ideias defendidas

por alguns dos mais destacados filósofos modernos. Dentre outros elementos, a divulgação de teses interligadas às obras filosóficas de Voltaire (1694-1778), de La Mettrie (1709-1751) e de Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), apenas destacando alguns nomes, causou certo desconforto entre os teóricos moralistas setecentistas. Consideradas ímpias, libertinas e materialistas, uma vez que teciam críticas veementes ao âmbito religioso e algumas das estruturas tradicionais do Antigo Regime, a circulação de tais teses tornou a criação de uma forma meditação em relação aos domínios da Ética e da Filosofia Moral algo necessário entre os teóricos moralistas portugueses, sobretudo, a partir da segunda metade do século XVIII.

A produção intelectual do padre oratoriano Teodoro de Almeida (1722-1804) pode ser vista como um caso exemplar de uma escrita a respeito da educação e da Filosofia Moral praticada entre os teóricos moralistas portugueses. Membro da Congregação do Oratório e defensor da importância do ideal de divulgação dos conhecimentos entre os portugueses de grande estirpe, Teodoro de Almeida procurou tratar no decorrer de sua trajetória intelectual dos mais diversos assuntos, destinando particular atenção ao campo da Filosofia Natural. No que se refere aos domínios da moral, ainda que pouco exploradas, suas principais obras possuem como objetivo criar certa harmonia entre os ideais defendidos pela religião e pelos novos conhecimentos empíricos. Parte da pesquisa de doutorado em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná, o presente trabalho tem por objetivo apresentar algumas considerações a respeito do perfil assumido pelas discussões em torno da Filosofia Moral em Portugal, durante a segunda metade do século XVIII, assim como do tratamento dispensado ao tema na obra do padre Teodoro de Almeida. Em outras palavras, pretendemos apresentar de que forma as obras de incidência moralistas escritas pelo oratoriano, como o *Feliz independente do mundo e da fortuna,* publicado no ano de

1779, e os dois tomos que encerram o extenso projeto da *Recreação Filosófica,* editados entre os anos de 1793 e1800, revelam a importância que o autor destinou às temáticas da educação e da moralidade, em um contexto onde as discussões sobre a Ética e a Filosofia Moral repercutiam no ambiente intelectual português em textos voltados ao âmbito da educação e dos costumes.

Apontamentos sobre os ciclos de reflexão do problema

A reflexão sobre o problema da moral é frequentemente descrita como um elemento que deriva de diferentes formas de avaliações acerca dos costumes e do comportamento humano. Contudo, reconstituir o processo segundo o qual tal forma de reflexão obtém status teórico é uma tarefa um pouco mais difícil.

No que se refere ao Ocidente, a tradição historiográfica e filosófica convencionalmente apresenta a constituição da Filosofia Moral, enquanto teoria, em momentos ou ciclos distintos. Conforme Antônio Paim, o primeiro momento de constituição do campo da Filosofia Moral pode ser atrelado à tradição judaico-cristã, cujo texto de maior representatividade seria a Bíblia, onde são apresentados o "Decálogo ou Dez Mandamentos da Lei de Deus", elemento que serviria como ponto de partida para a elaboração de diferentes fundamentos não somente para os domínios da moral cristã, como também para os campos da política e do direito. O segundo momento é representado, ainda conforme Paim, pela meditação realizada pelos filósofos gregos. Enquanto a tradição judaico-cristã apresentaria os fundamentos da moral como elementos que partiriam de preceitos sugeridos pela esfera divina, o pensamento grego se difere do ciclo anterior ao delimitar tal reflexão à esfera da vida e da ação humana. Embora a Filosofia Moral possua uma ampla

história entre os gregos, Aristóteles (384-322 a.C.) é comumente visto como o grande fundador da reflexão sobre a moral enquanto disciplina filosófica, voltada ao entendimento e à identificação das virtudes e dos vícios relativos ao comportamento humano (PAIM, 1992, p.11-13).

O terceiro momento das reflexões sobre a moral no Ocidente pode ser percebido através da reelaboração da tradição judaico-cristã e da Filosófica Grega promovida nos quadros da Filosofia Medieval. Desenvolvida neste período, a denominada "ética da salvação" retirou a autonomia que a moral possuía em relação aos desígnios da religião, bem como reelaborou preceitos da Filosofia Grega ao incorporá-los às suas reflexões. Dentre outros aspectos, elementos hedonísticos observados nas reflexões gregas sobre a moral foram suprimidos na generalidade dos textos desenvolvidos ao longo do medievo. Segundo Demétrio Neri, a conciliação entre a tradição judaico-cristã e a Filosofia Grega é algo notável, sobretudo, na reelaboração de elementos da filosofia platônica e da ética aristotélica promovida nas obras de filósofos como Santo Agostinho (354-430) e Santo Tomás de Aquino (1221-1274). Para Néri, tanto Agostinho quanto Tomás de Aquino esforçaram-se em enquadrar suas próprias reflexões nas teorias aristotélicas e platônicas. Porém, enquanto Santo Agostinho utiliza-se das reflexões platônicas para destacar a natureza humana como "inteiramente corrompida pelo pecado original com a finalidade de acentuar o papel salvífico da fé e da graça", Santo Tomás de Aquino faz uso da filosofia aristotélica para mostrar como o "naturalismo aristotélico" poderia ser conciliado ao ideal de vida proposto pelo cristianismo" (NERI, 2004, p.139-156).

A aproximação promovida entre a Filosofia Grega e os domínios da fé cristã no contexto da Patrística e da Escolástica medieval criou um modelo interpretativo que dominou as reflexões sobre o problema da moral durante séculos. A reinterpretação da

moral como um elemento dissociado da esfera religiosa foi novamente possível apenas com o advento da Modernidade. Conforme Olinto Pergoraro, rompendo com o modelo metafísico e teológico estabelecido até então, a época moderna instaura um novo ciclo de reflexões para os debates sobre o problema da moral. Neste contexto, a razão destaca-se entre os principais fundamentos das discussões formuladas sobre a ética e os costumes, legando ao campo da Filosofia Moral relativa autonomia (PERGORARO, 2013, p.102). Contudo, é sempre bom destacar que tal fato não ocorreu em um vácuo social. Esse processo ocorreu em meio a importantes mudanças, dentre as quais destacamos episódios como o aparecimento do pluralismo religioso e a instituição de novas formas de interpretações dos textos bíblicos. O pluralismo religioso é de extrema importância para tal discussão, uma vez que o seu aparecimento retirou dos teóricos católicos a posição que detinham por séculos como principais detentores e propositores de reflexões para o campo da moral.

Desta forma, não é de se estranhar o fato de que algumas das primeiras reflexões modernas sobre a Filosofia Moral possam ser observadas entre os protestantes dos séculos XVII e XVIII. Sobre esta questão, Antonio Paim afirmou que Pierre Bayle (1647-1706), vítima da intolerância religiosa observada na França na segunda metade do século XVII, deve ser considerado como o primeiro filósofo moderno a defender, de modo radical, a separação entre os domínios da moral e da religião. Em seu *Dicionário Histórico e Crítico* (1697), Bayle defendeu, entre outros pontos, que a religião e a moral, longe de serem elementos indissociáveis, deveriam ser vistos como campos independentes. Neste sentido, Bayle criou uma nova forma de interpretação ao defender que os problemas relativos à sociedade não deveriam ser relegados à tutela da religião. Deste modo, ao contrário daquilo o que defendiam a generalidade dos textos cristãos produzidos por aquela época, as reflexões postuladas

por teóricos modernos, como Bayle, partiam da premissa de que, a exceção dos deveres para com o Estado, a moralidade e os juízos realizados sobre seu respeito deveriam observar antes a critérios subjetivos do que àqueles estabelecidos pela esfera religião (PAIM, 1992, p.15-16).

Seguindo tal forma de reflexão, os pensadores do século das Luzes desenvolveram suas propostas para o problema da moral. Neste contexto, muitos teóricos buscaram não apenas problematizar as questões elencadas por Pierre Bayle, como igualmente levaram a cabo uma ferrenha crítica dirigida aos fundamentos teológicos e metafísicos da tradição cristã. Esta crítica se desenvolveu, por um lado, a partir da redefinição de princípios interligados a ideia como dor e prazer, e, por outro, a partir da tentativa de reavaliação da relação entre os domínios da razão e da moral. No que se refere à reavaliação do papel das sensações, Alan Caillé afirmou que, a despeito das diferenças ideológicas em relação ao problema moral, filósofos como John Locke (1632-1704), La Mettrie e Voltaire, concordaram com a perspectiva de que as sensações, longe de se configurarem como um problema, seriam, na realidade, "fontes naturais de satisfação ou de prejuízo" buscadas pelos seres humanos. Deste modo, a busca por sensações não deveria ser interpretada como um elemento de congratulação ou de danação, mas antes como algo necessário à plena felicidade humana. Assim, longe de postularem uma forma de "epicurismo estrito" ou de paixões desenfreadas, como apontavam seus detratores, os pensadores do século XVIII defendiam uma ideia de felicidade pautada em critérios racionais que permitissem refinar a intensidade e a complexidade das sensações, de modo que fosse possível calcular as compensações e as consequências que cada uma delas poderiam acarretar. Somente assim, os prazeres seriam plenamente apreciados, uma vez que a análise e o julgamento do espírito os transformariam de meras

sensações físicas em verdadeiros princípios para a conduta moral (CAILLÉ, 2004, p.387-388).

Outro aspecto que merece ser destacado nesse processo reside na introdução de ideias de utilidade nas reflexões sobre a moral. Embora as discussões realizadas no período sobre o problema da organização da sociedade não fossem propriamente circunscritas ao âmbito da Filosofia Moral, alguns teóricos desenvolveram teses onde tentaram solucionar a equação existente entre a felicidade individual e a moral coletiva. Esta forma de reflexão pode ser encontrada nas obras de Mably (1709-1785), de Helvetius (1715-1771) e do Barão d'Holbach (1723-1789). Segundo Alan Caillé, no entendimento de tais filósofos, a criação de uma forma de conduta virtuosa deveria ser submetida a "leis de interesse", que obedecessem mais do que vontades ou motivações individuais. Dito de outra forma, as obras de tais filósofos defendiam a tese de que os seres humanos deveriam unir seus interesses pessoais ao interesse coletivo, de modo que tal união resultasse em na ideia da "plena sociabilidade humana", vista como um processo fundamentado em interesses partilhados entre iguais ou uma aliança perpétua que estabelecia as relações entre os interesses do indivíduo e da sociedade. Ainda conforme Caillé, em tais discussões é igualmente perceptível a importância que os filósofos modernos relegavam ao âmbito da educação. Ao analisar as obras dos filósofos acima citados, percebe-se a defesa da ideia de que elementos como a educação moral e a circulação de ideias acerca desta questão serviriam não somente à formação de bons cidadãos, como também ao aperfeiçoamento das leis e das demais convenções que regeriam a sociedade (CAILLÉ, 2004, p.390-392).

A Filosofia Moral no ambiente intelectual português setecentista

A exemplo do que ocorreu em territórios além Pirineus, as discussões relativas ao exame da moral manifestaram-se no ambiente intelectual português. Para um melhor entendimento da evolução do pensamento moral lusitano, José Maurício de Carvalho defendeu a divisão desta questão em alguns ciclos principais. No que se refere ao contexto da Modernidade, o primeiro ciclo, situado entre meados do século XV e a década de 1620, pode ser visto como momento em que se observa certa aproximação do debate moral em relação aos objetivos renascentistas. Tal quadro mudaria com o início do segundo ciclo, entre os anos finais do século XVII e a primeira metade do século XVIII. Neste contexto, devido à grande influência que a tradição escolástica exerceu sobre o tema, a reflexão sobre a moral foi marcada por uma exacerbação dos valores atrelados à moralidade judaico-cristã e pela rejeição de reflexões que partissem de pressupostos humanistas ou laicos. A instauração de um novo ciclo nos debates sobre a Filosofia Moral como campo com relativa autonomia em relação à esfera religiosa ocorreu somente a partir da segunda metade do século XVIII. Em decorrência do revisionismo teórico iniciado no período pombalino, os moralistas portugueses passaram a tratar "o universo como espelho divino", de modo a abrir espaço para a incorporação de teorias modernas no debate sobre a ética e a moral, desde que tais teorias não propusessem alterações nos aspectos nucleares da moral tradicional ou das estruturas do Antigo Regime (CARVALHO, 2011, p.01-02).

De fato, a partir da segunda metade do século XVIII, o desejo por certa autonomia no campo de reflexões sobre a moral foi se afirmando nos quadros Ilustração Portuguesa. Sobre esta questão, Pedro Calafate apontou que, desde meados da década de 1740, teóricos como Luís António Verney (1713-1792) já destacavam a necessidade de se problematizar com maior cuidado os domínios da ética e da moral, de modo a responder aos incrédulos com as mesmas armas com que estes atacavam o cristianismo. Deste modo,

apontando as insuficiências da reflexão escolástica praticada na generalidade dos textos produzidos até então, os moralistas portugueses setecentistas passaram a pensar o problema da moral como um campo subordinado aos imperativos da razão. Os defensores desta concepção de ética racional, "ou natural", entretanto, não transformaram suas teorias em algo exclusivamente baseado em princípios racionais. Embora um pouco mais aberto, tal debate ainda encontrava suporte naquilo o que os filósofos do período designavam como "razão cristã", ou seja, uma forma de racionalidade que não afastava, por completo, elementos religiosos da esfera de reflexão sobre Filosofia Moral (CALAFATE, 2001, p.114-115).

De fato, muitas obras desenvolvidas no período ainda seguiam velhas fórmulas. Em outras palavras, as meditações ainda giravam em torno de questões como os deveres do homem para com Deus, para consigo mesmo e para com o próximo. Em outras tentativas, embora a esfera divina se mostrasse menos presente, a mesma foi por vezes substituída por outra forma dependência externa, como, por exemplo, o Estado. Neste tipo de meditação sobre a Filosofia Moral, o comportamento humano foi tratado de modo a criar regras que assegurassem a continuidade da "boa marcha da vida social em conjunto", ou seja, tais textos visavam criar critérios ético normativos voltados a manutenção das estruturas tradicionais do Antigo Regime (PAIM, 2001, p.17).

Assim, na generalidade das reflexões desenvolvidas no período, as obras e os tratados filosóficos considerados em harmonia com as sagradas escrituras encontraram fortes partidários e adeptos. De fato, os escritos de Hugo Grotius (1553-1645), de François Fenélon (1651-1715), de Jean-Jacques Burlamaqui (1694-1748) e de Nicolás Bergier (1718-1790), apenas para citar alguns dos autores mais aceitos, circularam livremente uma vez que atendiam a necessidade corrente de criação de uma forma de reflexão que

servisse aos interesses dos católicos em combater os detratores da religião. Por outro lado, obras que tratavam o problema da moral como um campo autônomo não obtiveram a mesma forma de tratamento.

A circulação de teses relacionadas às obras de filósofos como Bayle e Voltaire, por exemplo, causou certo desconforto entre os portugueses. Tal quadro fez com que a promoção de reflexões críticas em oposição aos ditos filósofos modernos ganhasse grande fôlego. Como procuramos destacar anteriormente, as teses dos filósofos modernos são certamente significativas para a constituição da reflexão sobre a Filosofia Moral no Ocidente. Contudo, tais teses não foram bem recepcionadas em localidades predominantemente católicas, como o reino de Portugal, por atacarem velhas certezas e atitudes dogmáticas. A curiosidade despertada por tais teorias, bem como a circulação clandestina de algumas obras, entretanto, atingiu tal ponto que levou a Coroa a tomar providências visando sua supressão. Dentre estas, destacam-se episódios como a edição do *Catálogo dos livros defesos*, publicado com base em um edital elaborado pela Real Mesa Censória no ano de 1770. Entre os livros proibidos no referido catálogo estavam obras como *Ensaio sobre o entendimento humano* (1689), de John Locke, bem como as *Cartas Filosóficas* (1733) e o *Poema sobre o desastre de Lisboa* (1756), de Voltaire. Conforme Graça Almeida Rodrigues, para além de indicar obras proibidas, o *Catálogo* igualmente ordenou que, por denotarem a "mais notória impiedade, depravação e escândalo", fossem queimados na Praça do Comércio pelo Executor de Alta Justiça livros como o *Dicionário Filosófico* (1764), de Voltaire, e o anônimo *Estudo sobre a origem do despotismo oriental* (1761). Consideradas ímpias, libertinas e materialistas, a circulação de tais obras tornou-se proibida a partir da promulgação do edital. Entretanto, posteriormente abriram-se algumas exceções, como a concessão de

limitadas licenças de leitura para o *Dicionário Filosófico,* de Voltaire (RODRIGUES, 1980, p.34-35).

Iniciativa semelhante de combate em relação às teses modernas no campo da Filosofia Moral pode ser observada nas obras publicadas por alguns teóricos moralistas portugueses. Tal questão foi temática fulcral nas discussões desenvolvidas por autores setecentistas como António Soares Barbosa (1734-1801), o frei Manuel do Cenáculo (1704-1814) e a Marquesa de Alorna (1750-1839). Através das obras de tais teóricos pode-se verificar o modo como a reflexão sobre a Filosofia Moral moderna transitou por campos distintos no ambiente intelectual português setecentista, dentre os quais estão os domínios da literatura, da educação e da edição de tratados científicos. Reflexão semelhante sobre o problema da Filosofia Moral também pode ser observada na obra do padre Teodoro de Almeida, como veremos a seguir.

Educação e Filosofia Moral na obra do padre Teodoro de Almeida

Valendo-se de perspectivas epistemológicas modernas em conformidade aos preceitos que definem os dogmas cristãos, a produção intelectual do padre Teodoro de Almeida pode ser vista como um caso exemplar de uma escrita teórica a respeito da Filosofia Moral praticada no ambiente intelectual português setecentista. De acordo com Francisco Contente Domingues, a obra de Teodoro de Almeida destaca-se ainda devido ao seu pendor pedagógico, que partilhava do princípio de que o saber não deveria ser algo exclusivo ao universo fechado pelos muros escolares, confinado somente entre aqueles que dominavam as técnicas eruditas de escrita e leitura (DOMINGUES, 1988, p.236).

Membro da Congregação do Oratório e defensor da importância divulgação das novas teorias entre os portugueses, o padre Teodoro de Almeida procurou tratar no decorrer de sua trajetória intelectual dos mais diversos assuntos, sem se concentrar em um único tipo de metodologia ou sistema filosófico empregado pelas escolas oficiais, universidades ou círculos intelectuais de seu tempo. De fato, o oratoriano se tornou famoso pela particular atenção que destinou aos domínios da Filosofia Natural, uma vez que, com a edição de suas obras, procurou tornar tal campo acessível a um maior número de pessoas. No que se refere aos domínios da Filosofia Moral, para além da ideia de vulgarização dos saberes, suas obras possuem um caráter educativo, ao abordarem os preceitos morais como elementos passíveis de aprendizado e aplicáveis na vida cotidiana. Dentre os trabalhos de incidência moralista produzidos pelo oratoriano, os exemplos mais conhecidos são a obra literária intitulada *O Feliz Independente do Mundo e da Fortuna,* publicada em 1779, e os tomos que encerram o extenso projeto da *Recreação Filosófica,*[2] editados entre os anos de 1793 e 1800.

Ainda que uma forma de reflexão apologética atravesse boa parte da produção intelectual de Teodoro de Almeida, os domínios da Filosofia Moral foram introduzidos em suas reflexões somente a partir da década de 1760. Segundo Zulmira C. Santos, em decorrência do período em que permaneceu exilado, entre os anos de 1768 e 1778, o oratoriano tomou conhecimento sobre uma série novos ideais defendidos por intelectuais emblemáticos do Iluminismo francês. Deste modo, ao regressar a Portugal, Teodoro

2 Publicada entre os anos de 1751 e 1800, a *Recreação Filosófica* é uma obra de proporções enciclopédicas, composta por mais de 3.000 páginas, que teve por objetivo tornar algumas inovações provenientes da experimentação científica e dos domínios da filosofia acessíveis entre aqueles que não detinham as técnicas ou habilidades necessárias para entendê-las. Os dez tomos da *Recreação Filosófica* encontram-se disponíveis para acesso no catálogo digital da Biblioteca Nacional de Portugal.

de Almeida não apenas incorporou as discussões sobre a Filosofia Moral em suas obras, como igualmente procurou combater e repudiar aquilo o que apontava como a "deficiente fundamentação teológica" observada no moralismo francês moderno (SANTOS, 2002, p.32).

O primeiro texto em que o oratoriano abordou o problema da moral foi *O Feliz Independente do Mundo e da Fortuna*. Tendo como inspiração a obra *As aventuras de Telêmaco* (1669), de François Fénelon, o padre Teodoro de Almeida criou personagens que pudessem servir como exemplos de conduta moral para aqueles que desejassem viver como bons cristãos. Dentre as questões exploradas pela obra, destacam-se temáticas como a questão da felicidade, da virtuosidade, das vicissitudes e das paixões humanas. Por meio das viagens empreendidas por Misseno, o protagonista da obra, o leitor é confrontado com diferentes figuras, que vão de príncipes a rainhas, de nobres a plebeus, de letrados a ignorantes, todos estes personagens utilizados com o objetivo de caracterizar algumas das qualidades e dos defeitos apontados pelo oratoriano como inerentes à condição humana.

Outro ponto que merece ser destacado está no fato de que, embora seja um texto literário, *O Feliz Independente do Mundo e da Fortuna* não se afasta da "matriz pedagógica" observada nos textos produzidos pelo padre Teodoro de Almeida (SANTOS, 2006, p.189-190). Com efeito, para a redação de boa parte de sua obra, o oratoriano investiu em uma forma de escrita que tornasse suas obras não apenas atraentes, como também acessíveis a um grande número de leitores. Sobre esta questão, o oratoriano afirmou no prólogo da obra que:

> Pudera dar ao publico minhas reflexões com o título de huma Filosofia Moral, ou de máximas prudentes sobre a verdadeira Alegria, e ainda como Filosofia Evangélica, por que todas ellas são tiradas do Santo Evangelho de Jesu

> Christo, Sagrada fonte das verdades, não só Theológicas, mas também Moraes, Filosóficas e Políticas. Com tudo pareceo-me que sería mais agradavel e, por isso mais util, dar esta Obra no estilo, em que a offereço ao Publico, attendendo a muitos circunstancias que assim mo fizeram esperar. (ALMEIDA, 1779, n.p.).

No mesmo texto, o oratoriano ainda destacou que abordar a Filosofia Moral em sua obra era necessário para que nenhum de seus leitores viesse a confundir sua filosofia com aquela manifestada em obras "pagãs", ou ainda: com "as daquelles falsos Filósofos, que nos nossos tempos vendem com o espisioso título do Bem da Sociedade, os proscriptos, e já desprezados erros dos antigos Sofistas" (ALMEIDA, 1779, n.p.). Tendo em vista que o *Feliz Independente do Mundo e da Fortuna* foi escrito durante o período de exílio e publicado logo após o retorno do oratoriano a Portugal, não parece errôneo afirmar que os "falsos Filósofos" aos quais o autor se refere seriam os representantes do moralismo francês setecentista.

Esta incursão da obra do padre Teodoro de Almeida no campo literário, entretanto, não obteve do público leitor português a resposta por ele esperada. De fato, o *Feliz Independente do Mundo e da Fortuna* apresentou tiragens pouco expressivas quando comparado aos demais trabalhos publicados pelo oratoriano no período anterior ao processo de exílio (SANTOS, 2004, p. 217-224).[3] Contudo, como observou Maria Luísa Malato Borralho, nos anos finais do século XVIII, chegavam a Portugal "os novos ventos" advindos do ambiente intelectual francês revolucionário, "como todo

3 Enquanto os primeiros tomos da *Recreação Filosófica* apresentaram mais de cinco edições até 1779, de acordo com Zulmira C. Santos, o *Feliz Independente do Mundo e da Fortuna*, conheceu no período de vida do oratoriano apenas duas edições: a primeira, editada em em 1779, e uma segunda, publicada em 1786. No entanto, no decorrer do século XIX, a obra parece ter ganhado novo fôlego, apresentando não apenas três novas edições em português, editadas nos anos de 1835, 1844 e 1861, respectivamente, como também traduções publicadas em francês e espanhol.

o rol de ataque à religiosidade tradicional e ao clero". Tal quadro, teria motivado o oratoriano a insistir sobre a importância da promoção de reflexões críticas a respeito das teorias postuladas pelos filósofos franceses, sobretudo, no que se refere ao âmbito da moral e dos costumes (BORRALHO, 2001, p. 221).

A respeito desta circulação de obras consideradas em oposição à religião no ambiente intelectual português setecentista, rememorando seu período de exílio, Teodoro de Almeida escreveu:

> Duvidei por muitos tempos publicar na minha Patria estas disputas, pe-la julgar isenta do contagio, que hia devastando Paizes bem florentes, e temia que os ouvidos pios, ignorando os meus intentos, me levassem a mal o vulgarizar eu as blasfemias, que nestas disputas se ouvem da boca dos nossos inimigos. (ALMEIDA, 1793, n.p.).

Assim, frente a crescente curiosidade despertada pelas teorias modernas, o oratoriano resolveu retomar o problema da Filosofia Moral em sua obra com a edição de dois novos tomos para seu projeto de maior sucesso. Tal reflexão foi desenvolvida nos dois últimos tomos da *Recreação Filosófica*, que possuem como título primário *Teologia Natural da Recreação Filosófica ou Harmonia da Razão e da Religião*. Escritos de maneira dialógica e em linguagem acessível ao grande público, estes tomos apresentam um programa básico composto por diferentes discussões que poderiam ser ministradas em um curso voltado ao ensino da Filosofia Moral. Por meio de conferências realizadas por cinco personagens principais, Teodoro de Almeida procurou divulgar e defender entre os portugueses ideais próprios à religião e Filosofia Moral clássica.

Para expor suas considerações, o oratoriano dividiu a obra em duas partes principais: uma primeira destinada a tratar dos elementos constituintes da Teologia Natural e dogmas da fé cristã e uma segunda voltada aos campos da Filosofia Moral, onde procurou tratar a respeito dos costumes de sua época. Deste modo, o padre

Teodoro de Almeida apresentou uma refutação das teses fundamentais da Filosofia Moral moderna, vista por ele como essencialmente ateia ou, ao menos, composta por indivíduos incrédulos. Os principais alvos de suas críticas são referidos ainda nas páginas iniciais da dedicatória do X volume, onde o oratoriano afirmou que:

> Essa parte da Filosofia nunca foi mais necessária do que agora; por quanto a Doutrina dos Incrédulos, que tapão inteiramente os olhos à luz da Religião, e também da boa razão, forceja para transformar as bases dos bons costumes, firmadas na Religião, na boa razão, nas Leis da Humanidade, e até nos interesses sólidos de toda a Sociedade: porém, nada disso basta, porque ao ouvir os impíos Voltaire, Rousseau, l'Esprits, Les Mouers d'Alembert, Diderot, e outros, nem Religião he freio para subjugar a furiosa libertinagem, nem a razão he ouvida, ou o poder dos soberanos basta.
> He tão grande o empenho de soltar os desenfreados costumes, que para isso chegão a affectar hum ignominioso parentesco com os brutos, querendo que o homem tome (como elles) por guia dos seus costumes o cego ímpeto de suas paixões, que agora geralmente canonizam como innocentes e santas, ainda sendo as mais depravadas. (ALMEIDA, 1800, n.p.).

Para além da deficiente fundamentação teológica observada em tais obras, o oratoriano procurou igualmente abordar que o poderíamos denominar, como indicou Marta de Mendonça, "as bases ontológicas e antropológicas da Filosofia Moral moderna". Embora Teodoro de Almeida repudiasse, sobretudo, o chamado "sistema do egoísmo", isto é, a concepção moderna relativa "ao amor-próprio", oposta no período ao que a filosofia cristã designava como o "amor legítimo", ou seja, "o amor a Deus", suas obras serviram igualmente para questionar elementos como o papel que a Filosofia Moral moderna atribuía à natureza na "fixação das obrigações morais do homem"; além do materialismo proposto por alguns dos defensores das teorias modernas, que colocava em causa

ideias como a imortalidade da alma e o papel atribuído às paixões na busca pela plena felicidade (MENDONÇA, 2011, p. 109-112).

Deste modo, em oposição ao ideal de descrença e de degeneração dos costumes atribuído no período à Filosofia Moderna, o padre Teodoro de Almeida procurou em sua meditação sobre a Filosofia Moral reafirmar a existência de Deus e apresentar discursos em defesa da razoabilidade da moral cristã aos tempos modernos, onde o surgimento de novos conhecimentos sugeriam uma nova visão de mundo por vezes diversa da perspectiva tradicional.

Considerações Finais

Nosso objetivo para este trabalho foi apresentar algumas considerações a respeito do perfil assumido pelas discussões sobre a Filosofia Moral moderna em Portugal, durante a segunda metade do século XVIII. Para tal finalidade, buscamos discorrer a respeito de alguns elementos constituintes da reflexão moderna sobre o problema da moral, e, em sequência, abordar a circulação e a recepção de tais ideias no ambiente intelectual português setecentista.

Como foi visto, fruto de uma reflexão contínua, a Filosofia Moral moderna se constituiu, por um lado, a partir da crítica em relação aos dogmas religiosos e, por outro, a partir da tentativa de reavaliação da relação entre os domínios da razão e da moralidade, forma encontrada pelos filósofos modernos para evitar iniciativas de justificação teológicas para princípios como a conduta e a felicidade humana. Embora tal forma de reflexão encontre espaço para seu desenvolvimento, sobretudo, entre os países protestantes, sua introdução no ambiente intelectual português setecentista causou certo desconforto. Em oposição a tais teorias, os teóricos moralistas

portugueses criaram sua própria forma de meditação para o problema da moral. Dentre outros elementos, tais teóricos buscaram superar o que indicaram como a radicalização em relação ao debate ético proposto pelos filósofos modernos, por meio da adequação dos ideais moralistas tradicionais e religiosos à nova realidade que se apresentava ao homem ilustrado do século XVIII.

A conciliação entre os ideais tradicionais e as novas teorias, observada nas obras do padre oratoriano Teodoro de Almeida, pode ser vista como um exemplo desta forma de escrita. Dentre outros pontos, o oratoriano procurou ao longo de sua trajetória intelectual apenas não sublinhar a descrença observadas nos domínios da Filosofia Moral moderna, como também tentou promover ideais ligados à esfera religiosa e elogiar as estruturas tradicionais do Antigo Regime.

Para concluir, destacamos novamente que este trabalho ainda está em desenvolvimento. As aproximações e distanciamentos em relação ao pensamento estrangeiro observadas na meditação sobre a moral produzida no ambiente intelectual português setecentista são elementos que ainda não foram mapeados por completo. Esperamos, ao final da pesquisa, apresentar tal quadro de maneira mais clara.

* * *

Referências

ARAÚJO, Ana Cristina. *A cultura das Luzes em Portugal:* temas e problemas. Lisboa: Livros Horizonte, 2003.

BORRALHO, Maria Luísa. Teodoro de Almeida: Entre as histórias da História e da Literatura. *Estudos em homenagem a João Francisco Marques*. Vol. 1, p. 2013-227, 2001. Disponível em:

<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/2833.pdf>. Acesso em: 15 out. 2018.
CAILLÉ, Alain; LAZZERI, Christian; SENELLART, Michel (org.). *História argumentada da Filosofia Moral e Política:* A felicidade e o útil. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004.
CALAFATE, Pedro. *História do Pensamento filosófico português:* Volume III – As Luzes. Lisboa: Editorial Caminho AS, 2001.
CARVALHO, José Maurício de. A moral católica no período colonial e seu impacto na tradição luso-brasileira. *Revista Estudos Filosóficos*, nº 7, p. 01-13, 2011. Disponível em: <https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/revistaestudosfilosoficos/art1_rev7.pdf>. Acesso em: 15 out. 2018.
DOMINGUES, Francisco Contente. Um projecto enciclopédico e pedagógico: A Recreação Filosófica de Teodoro de Almeida. *Revista de História das Idéias*, Vol. 10, p. 235-248, 1988. Disponível:<https://digitalisdsp.sib.uc.pt/bitstream/10316.2/43771/1/Um_projecto_enciclopedico_e_pedagogico.pdf >. Acesso em: 13 nov. 2018.
MENDONÇA, Marta de. O problema moral em Teodoro de Almeida. *Revista de Estudos Filosóficos*. Minas Gerais, n. 7, p.106-118, 2011. Disponível em: <https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/revistaestudosfilosoficos/art10_rev7.pdf>. Acesso em: 15 out. 2018.
NERI, Demétrio. *Filosofia Moral: manual introdutório*. São Paulo: Edições Loiola, 2004.
PAIM, Antônio. *Modelos Éticos*: introdução ao estudo da moral. Curitiba: Editora Universitária Champagnat, 1992.
PAIM, Antônio. *A meditação ética portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Tempo Brasileiro, 2001,
PERGORARO, Olinto. *Ética dos maiores mestres através da História*. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.
RODRIGUES, Graça Almeida. *Breve História da Censura Literária em Portugal*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1980.
SANTOS, Zulmira C. Vícios, virtudes e paixões: da novela como «catecismo» no século XVIII. *Península – Revista de Estudos Ibéricos*, n.º 3, p. 187-199, 2006. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3759.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2018.
SANTOS, Zulmira C. Discurso do passado, discursos do presente: os

cruzamentos da "história" em o Feliz Independente, de Teodoro de Almeida (1722-1804). *Actas do Colóquio Internacional Literatura e História. Porto*, Vol. II, p. 217-224, 2004. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/37657915_Discurso_do_passado_discursos_do_presente_os_cruzamentos_da_historia_em_o_Feliz_Independente_1779_de_Teodoro_de_Almeida_1722-1804?opdsd=1>. Acesso em: 14 nov. 2018.
SANTOS, Zulmira C. *Literatura e Espiritualidade na obra de Teodoro de Almeida (1722-1804)*. Tese de Doutorado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 2002.

Fontes

ALMEIDA, Theodoro de. *O Feliz Independente do Mundo e da Fortuna* ou Arte de Viver Contente em quaesquer Trabalhos da Vida. Tomos I a III. Lisboa: Regia Officina Typografica, 1779. Disponível em: < http://purl.pt/6786/4/ >. Acesso em: 15 out. 2018.
ALMEIDA, Theodoro de. *Teologia Natural da Recreação Filosófica* ou Harmonia da Razão e da Religião ao argumento dos incrédulos que reputão a Religião contra a Boa Razão, Tomos IX a X. Lisboa: Regia Officina Typografica, 1793-1800. Disponível em: <http://purl.pt/13937/4/ >. Acesso em: 15 out. 2018.

Recebido em 25 de novembro de 2018.
Aprovado em 15 de janeiro de 2019.